

Publicado no Jornal "O Presente" em 11/04/2013, Edição nº 3565

LEI Nº 1.532/2013

SÚMULA: Dispõe sobre a transição democrática de governo e define o seu funcionamento no Município de Nova Santa Rosa e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara de Vereadores de Nova Santa Rosa, aprovou, e eu, Prefeito sanciono a seguinte:

LEI

- **Art. 1º** Fica instituída no Município de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná, a Transição Democrática de Governo nos termos previstos nessa Lei.
- § 1º Transição Democrática de Governo é processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de prefeito possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessárias à implantação de seu programa de governo, inteirando-se do funcionamento de todas as Secretarias Municipais que compõem a Administração, permitindo ao eleito a preparação dos atos a serem editados após a posse.
- § 2º As informações a que se refere o parágrafo anterior poderão ser previamente disponibilizadas, antes do início do processo de transição, sem prejuízo do acesso do prefeito eleito a outras informações, na forma prevista no art. 3º desta Lei.
- **Art. 2º** O processo de transição terá início imediatamente após a Justiça Eleitoral proclamar o resultado oficial das eleições municipais e deve encerrarse com a posse do candidato eleito.
- Art. 3º O candidato eleito para o cargo de Prefeito deverá indicar os membros de sua confiança que comporão a Equipe de Transição, com plenos poderes para representá-lo, a qual terá acesso às informações relativas às contas públicas, à dívida pública, ao inventário de bens, aos programas e aos projetos da Administração Municipal, aos convênios e contratos administrativos, bem como ao funcionamento de todas as Secretarias Municipais, e à relação de cargos, empregos e funções públicas, entre outras informações.
- § 1º A indicação a que se refere o *caput* será feita por ofício dirigido ao Prefeito em exercício, após o conhecimento do resultado oficial das eleições.
- § 2º A definição do número de membros a serem indicados para compor a Equipe de Transição, sem qualquer ônus para o Município, fica a critério do Prefeito eleito.

- § 3º O Prefeito em exercício indicará, para compor a Equipe de Transição, servidor integrante do Quadro Efetivo da Administração Pública e que será o elo entre o governo em exercício e a Equipe de Transição.
- Art. 4º Os pedidos de acesso ás informações de que trata o artigo anterior, qualquer que seja sua natureza, deverão ser formulados por escrito pelo coordenador da Equipe de Transição e dirigido à autoridade indicada pelo prefeito a que se refere o § 3º do art. 3º desta Lei, ao qual competirá, no prazo de 02 (dois) dias, requisitar aos Órgãos da Administração Municipal os dados e informações solicitados e encaminhá-los, com a necessária precisão, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, à coordenação da Equipe de Transição do candidato eleito.

Parágrafo único – Outras informações, consideradas relevantes pelo agente indicado pelo Prefeito em exercício, sobre as atribuições e responsabilidades dos órgãos componentes da Administração do Município, poderão ser prestadas juntamente com as mencionadas no *caput*.

Art. 5º - Os membros indicados pelo Prefeito eleito poderão reunir-se com outros agentes da prefeitura, com a presença da autoridade indicada pelo Prefeito em exercício a que se refere o § 3º do art. 3º desta Lei, para que sejam prestados os esclarecimentos que se fizerem necessários, desde que sem prejuízo dos trabalhos de encerramento de exercício e de final de mandato, a cuja apresentação, aos órgãos competentes, se obriga a Administração local.

Parágrafo único – As reuniões mencionadas no *caput* deverão ser agendadas e registradas em atas, sob a coordenação do representante do Prefeito em exercício.

- **Art. 6º** O Prefeito em exercício deverá garantir à Equipe de Transição a infraestrutura mínima necessária ao desenvolvimento dos trabalhos.
- Art. 7º Os membros da Equipe de Transição deverão manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação vigente.
- **Art. 8º** O Poder Executivo adotará as providencias necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.
 - Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA, ESTADO DO PARANÁ, em 08 de Abril de 2013.

RODRIGO FERNANDES DA SILVA Prefeito